
Determinações políticas na produção científica da Ciência da Informação do Brasil: impacto da Tabela de Áreas de Conhecimento (TAC) do CNPq

Determinaciones políticas en la producción científica de la ciencia de la información en Brasil: impacto de la Tabla de Áreas de Conocimiento (TAC) del CNPq

Political determinations in the scientific production of Information Science in Brazil: impact of the Classification of Knowledge areas of the CNPq

Rodrigo de SALES (1), Eduardo Ismael MURGUIA (2)

(1) Universidade Estadual Paulista, Brasil, rodrigo.sales.s@gmail.com;
(2) Universidade Federal Fluminense, Brasil, murguia@vm.uff.br

Resumen

El desarrollo de la ciencia de la información, aunque ha sido estudiado principalmente desde una perspectiva guiada por los aspectos relacionados con el propio objeto (la información), también sufre las influencias externas determinadas por las acciones políticas de los gobiernos. En Brasil, el Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) es la agencia federal responsable de las acciones de promoción de la investigación científica nacional. Partiendo del concepto de gubernamentalidad de Foucault y del concepto de racionalidad de Habermas como un fundamentos, nuestro objetivo es explicar las instituciones de gobierno en Brasil el área de producción y organización del conocimiento científico, específicamente los relacionados con la articulación de las áreas de la Ciencia de la Información, la Biblioteconomía y la Archivística. Para ello, hemos adoptado como nuestro objeto de análisis de una de las principales herramientas de las políticas del CNPq: la Tabla de Áreas del Conocimiento. Llegamos a la conclusión de que, aunque la tabla sirve como una herramienta eficiente para la gestión científica y universitaria, crea deficiencias e interferencias políticas en las teorías y prácticas de áreas que se consideran tradicionalmente bien establecidas.

Palabras clave: Organización del conocimiento. Ciencia de la información. Biblioteconomía. Archivística. Tabla de Áreas de Conocimiento del CNPq. CNPq. Brasil.

1. Introdução (pressupostos conceituais)

Embora o século XX tenha se organizado em torno da construção de uma sociedade globalizada graças às suas articulações econômicas e tecnológicas, e não obstante a ciência seja um fenômeno universal pela aplicação dos seus métodos, contraditoriamente, na segunda metade do século, houve uma “natural” concentração

Abstract

The development of Information Science, although mainly studied under a perspective guided by the aspects related to the object itself (information), also suffers external influences determined by the governments' political actions. In Brazil, the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) is a federal agency responsible for the actions that foster national scientific research. Having Foucault's concept of governmentality and Habermas's concept of rationality as a background, we aim to explain the government institutions in Brazil regarding the area of production and organization of scientific knowledge, specifically those connected to the articulation of the areas of Information Science, Library Science and Archival Science. To do so, we adopted as our analysis object one of the main political devices drawn up by the CNPq – the Knowledge Area Table. We conclude that, although the table serves as an efficient scientific and university management tool, it creates shortcomings regarding the political interference on theories and practices of areas that are considered traditionally well-established.

Keywords: Knowledge organization. Information science. Library science. Archival science. Table of Knowledge Areas of the CNPq. CNPq. Brasil.

dessa atividade em reduzido número de países. De tal forma que, por exemplo, na década de 1970, os países desenvolvidos destinavam três quartos de todos os orçamentos do mundo para a pesquisa. Dessa forma trataremos de explicar esses acontecimentos através da “teoria da governamentalidade”.

A relação entre governo e Estado não é unidirecional, nem tem uma relação de causa-efeito. Para Foucault (2008), o Estado nunca foi nem muito individual, nem unitário e nem funcional. Ele é mais uma mitificação abstrata, de importância relativamente reduzida. E propõe que talvez, na modernidade, mais do que uma estatização da sociedade, exista uma “governamentalização” do Estado. Por esse motivo, a história do Estado deve ser interpretada como uma maneira de fazer e de pensar. São as práticas e as formas em que se pensando a si mesmo fazem o Estado.

Essas técnicas de poder que apareceram no século XVIII têm, portanto, uma peculiaridade decorrente da população de que, pela primeira vez, elas estarão dirigidas para exercer uma ação direta no corpo dos indivíduos. Ainda no século XIX o objeto do poder do Estado será o homem como ser biológico, dando lugar a um “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 2005a). Fenômenos populacionais como taxas de natalidade, mortalidade e longevidade passaram a ser objetos de saber e objetos de controle dessa nova política da vida, a biopolítica (Foucault, 2005, p. 293):

A biopolítica lida com a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder.

Esse problema deu lugar a diversas tradições interpretativas como a filosófica alemã priorizando o Estado, a política inglesa que privilegia o governo ou a histórica francesa que destaca o Terceiro Estado (burguesia). E, também, quanto à questão do exercício de poder, o liberalismo coloca o problema da regulação do governo. E é sob esta perspectiva que propomos enquadrar políticas científicas, internacionais e nacionais, que determinam a produção e a organização do conhecimento a partir da Segunda Guerra.

Habermas (2009) oferece uma importante reflexão sobre a ciência e a técnica desde uma perspectiva filosófica e sociológica, que achamos importante recuperar para complementar nossa discussão. O autor começa analisando o conceito de racionalidade em Weber e Marcuse. A racionalidade pode ser entendida como a submissão das esferas sociais a critérios de decisão racional. A racionalidade da sociedade depende da consolidação do progresso científico e tecnológico na medida em que elas mudam as instituições e se legitimam. A racionalidade (no caso a científica e a técnica) oculta uma forma de dominação da natureza, da sociedade e da política. Vista dessa forma, a técnica é um projeto histórico-social pelo qual se faz possível

o domínio sobre o homem e as coisas. Por esses motivos a razão técnica deve ser o ponto de partida para analisar a sociedade capitalista. Esta última afirmação é uma crítica à interpretação marxista que via a ciência e a técnica como elementos da superestrutura da sociedade.

Para Habermas (2009), as sociedades pré-capitalistas, com seus modelos de uma técnica pré-industrial e uma ciência pré-moderna, nunca alcançaram progressos significativos devido a que uma racionalidade expansionista da produção foi freada pela ameaça que representava para a autoridade tradicional. Foi com o capitalismo que se dotou o sistema econômico de um mecanismo de produção regular e constante, através de novas estratégias de inovação. Nesse contexto, a ciência moderna (diferente da ciência filosófica) gera um saber tecnicamente utilizável ou aplicável.

Dessa forma podemos interpretar a inserção da ciência e da técnica como um processo histórico claramente identificável (Habermas, 2009 p. 68):

Desde o último quartel do século XIX, fazem-se notar nos países capitalistas avançados *duas tendências evolutivas*: 1) um incremento da atividade intervencionista do Estado, que deva assegurar a estabilidade do sistema e, 2) uma crescente interdependência de investigação técnica, que transformou as ciências na primeira força produtiva.

Acreditamos que, enquanto força produtiva, junto com sua aplicabilidade na indústria e o aumento da produção capitalista, a ciência e a técnica se inseriram dentro de um único sistema produtivo, embora aparecesse outra variável: sua independência e progresso quase autônomo para o impulso da economia. Dessa forma, o sistema social também passa a ser interpretado pela lógica do crescimento técnico-científico.

No que se refere à intervenção do Estado, devido à força produtiva da ciência e da técnica que deu lugar à sua autonomia relativa, se fez necessário sua racionalização, isto é, seu controle. Sem esquecer que o Estado também encontra sua legitimação no uso racional da ciência e da técnica nas esferas política e econômica. Por esses motivos, entendemos a ciência como associação constante e em movimento de enunciados discursivos, de dispositivos materiais e de uma sustentação institucional. São esses elementos que a definem e lhe proporcionam um lugar como dispositivos sociais.

É a partir dos conceitos de governamentalidade de Foucault e de racionalidade de Habermas que trataremos de explicar as instituições de governo no Brasil no que se refere ao âmbito de produção e organização do conhecimento científico e tecnológico; assim como os dispositivos

pelos quais se exercem políticas de fomento científico e tecnológico, notadamente no que diz respeito à análise da tabela de áreas de conhecimentos do CNPq/CAPES, relativo à Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia. Vale destacar que o presente artigo consiste na continuidade de uma reflexão surgida a partir de nossa inquietação com o problema relativo à institucionalização da área de Ciência da Informação, inicialmente publicado nos *Anais da International Conference ISKO* de 2012 (ver Murguia & Sales, 2012).

2. O contexto internacional para políticas de ciência e tecnologia

Segundo Archivald (2006), durante os anos de 1942 a 1945 os ministros de educação ou seus representantes (muitos deles no exílio) se reuniam em Londres com a finalidade de criar um plano de reconstrução da educação após a guerra. Em 1944, a representação norte-americana apresentou ao CAME (*Conference of Allied Ministers of Education*) a sugestão de que a entidade se encaixasse na ONU, cabendo em seu escopo a educação e a cultura (UNESCO), ficando de fora da sigla o “s” de *science*.

Com a finalidade de rastrear as articulações da criação da UNESCO retomamos a questão da inclusão da “s” dentro do seu quadro (Archivald, 2006, p. 36):

During the 20's international scientific cooperation had been rekindled with the restoration of peace after First World War. The League of Nations' International Institute of Intellectual Cooperation, founded in Paris in 1925, included a section devoted to Scientific Information and Scientific Relations. [...] In the nongovernmental sector, the International Council of Scientific Unions (ICSU) would be founded in Brussels (Belgium) in 1931.

O que demonstra que a preocupação com uma ciência internacional já havia sido colocada décadas antes. O autor destaca o papel de Joseph Needham – bioquímico inglês, professor da Universidade de Cambridge e militante socialista – para o reconhecimento da ciência como parte integrante da nova organização. Representante do governo inglês na China para o incremento das relações científicas, Needham escreve três manifestos entre 1944 e 1945 para a comunidade científica internacional. Nessas declarações ele indicava que a ciência e a tecnologia estavam ocupando cada vez mais um lugar de destaque na civilização humana, motivo pelo qual ela não deveria estar sujeita a fronteiras e deveria ser transferida dos países ricos para os países pobres.

Apesar de a delegação norte-americana no CAME considerar desnecessário incluir a palavra “ciência” no nome da instituição (já que era um pressuposto o fato de ela estar dentro da cultura), Needham argumentou que a “tecnologia” não era associada à cultura e sim à ciência. Dessa forma ele conseguiu incluir a ciência no documento que foi apresentado na Conferência, no qual se propunha que a *Conference of Allied Ministers of Education* (CAME) se tornasse UNESCO (*United Nations of Education, Science and Culture Organization*).

Portanto, se por um lado já existiam sociedades internacionais preocupadas com a questão da ciência, a ênfase era colocada prioritariamente nos cientistas e não nos países. Por outro lado, mesmo que a ciência fosse incluída na UNESCO, no início dessa instituição seu papel não foi claramente definido.

Muitas decisões da ONU foram vetadas pelo Conselho de Segurança, motivo pelo qual essa entidade se viu forçada a ocupar-se com questões que tivessem consenso, como o desenvolvimento, a descolonização e os direitos humanos (Petitjean, 2006, p. 51).

The development of Technical Assistance at the beginning of the 1950s (US President Harry S. Truman's 'Point Four' plan) ensured at one and the same time the United Nations' role in the definition of scientific policy, and the primacy of economics over science. It placed the question of the use of science and technology for development on the United Nations agenda, which became the second major area (together with nuclear energy) of direct intervention by the United Nations in scientific fields.

Um resultado direto dessa decisão foi a Primeira Conferência da ONU para a Aplicação de Ciência e Tecnologia em Países em Desenvolvimento (UNCAST), realizada em Genebra em 1963. O secretário geral da Conferência foi Carlos Chagas, chefe do *Scientific Advisory Committee* (SAC) desde 1956. A Conferência destacou a importância do estabelecimento de sistemas nacionais de pesquisa e tecnologia e do planejamento do desenvolvimento científico. Depois dessa reunião a UNESCO foi incumbida da tarefa de desenvolver políticas nacionais de ciência e tecnologia.

No caso da América latina, em 1948 se realizou em Montevidéu o Painel de Especialistas para o Desenvolvimento da Ciência na América Latina, de acordo com as diretrizes da Segunda Conferência Geral da UNESCO realizada na Cidade do México, um ano antes. Assistiram ao Painel quinze cientistas procedentes de dez países. O Brasil foi representado pelo neurologista e posterior reitor da UFRJ Miguel Osório de Almeida,

o físico descobridor do efeito termodinâmico Joaquim Costa Ribeiro e por Enrique Rocha e Silva. Formaram parte dos convidados os representantes da UNESCO, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Fundação Rockefeller e do *Smithsonian Institution*.

O resultado do encontro foi uma proposta com três linhas de ação que deveriam ser enfatizadas: 1) a necessidade da UNESCO apoiar o desenvolvimento da pesquisa básica em ciência na região; 2) o estabelecimento de um sistema de emprego de tempo integral para pesquisadores, com a finalidade de evitar que se dedicassem a outras atividades; 3) a criação de instituições de pesquisa que tivessem a coordenação nacional dessa atividade no país. A consequência direta dessas recomendações foi, no caso do Brasil, a fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 8 de julho de 1948, e, em 1949, o projeto de lei que criaria o CNPq dois anos depois (Petitjean, 2006).

3. As agências de fomento para ciência e tecnologia no Brasil

Depois da Era Vargas (1930-1945) sobrevém um período de cinco anos de mandato de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), democraticamente eleito, para depois Vargas assumir o poder (1951 a 1954), desta vez pelo voto. Internacionalmente, o acontecimento mais importante, aquele que articulou a política mundial por várias décadas e que se iniciou logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi a Guerra Fria. Ela foi uma ameaça permanente no dia a dia dos habitantes do mundo durante várias décadas. A ameaça era a de que a qualquer momento poderia se desencadear uma guerra nuclear entre as duas superpotências que se ergueram depois do conflito: os EUA e a URSS. Porém, a guerra nunca chegou, e tal como Hobsbawm (1995, p. 224) sugere, esses dois países sempre souberam que nunca se chegaria a esse desenlace:

A peculiaridade da Guerra Fria era de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais do que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência.

O “terremoto tecnológico” ocasionado pela Guerra Fria carregava três fatos novos: 1) ele transformou absolutamente a vida cotidiana do mundo rico e mesmo, em menor medida, do

mundo pobre; 2) a complexidade da tecnologia requeria também complexos modos de produção. Isto é, começou a se investir em pesquisa como uma etapa incorporada da produção. “Pesquisa e desenvolvimento” deixaram de ser isolados para integrar um contínuo na produção e na procura da inovação. Aumentam-se e institucionalizam-se os investimentos em centros de pesquisa e pesquisadores. Por exemplo, na década de 1970 os países ricos tinham mil cientistas para cada milhão de habitantes, o Brasil tinha cerca de 250, a Índia 130, Nigéria 30; 3) com exceção dos cientistas e técnicos especializados, as novas tecnologias exigiam pouca mão de obra.

A respeito dessa conjuntura do segundo governo Vargas diz César Guimarães (2001, p.164):

Vargas e suas idas e vindas. À realidade contraditória de suas políticas podemos acrescentar/contrapor realidade não menos tangível: a de seus atos de fala, mensagens percebidas por inimigos e adeptos como consistentes com uma direção – nacionalismo de apelo democrático combinado a intentos (frágeis e ainda assim combatidos) de “liberalização” nas relações com as classes trabalhadoras. ... Não obstante, sugiro que o claudicante nacionalismo varguista – derrotado em momento crítico da Guerra Fria – não pode sequer se expressar sem que isto envolva dirigir-se às classes populares. Porque associa questões de soberania, desenvolvimento econômico e participação popular – em termos econômicos e políticos, situa-se à esquerda do espectro político nacional e internacional naquele momento.

Para Tarapanoff (1993), a ciência brasileira se construiu em decorrência de acontecimentos e fatos esporádicos ao longo da história, até meados do século XX. A intervenção do Estado no setor sempre respondeu a problemas imediatos que deram lugar à criação da Escola de Minas de Ouro Preto, ao Instituto Agrônomo de Campinas, ao Instituto Butantã e ao Instituto Oswaldo Cruz, no século XIX e início do XX, por exemplo. As intervenções pontuais, no século XIX, tornam-se depois num planejamento global centralizado. O ano de 1951 foi um momento de realizações das políticas de Vargas, que respondiam diretamente às demandas de uma educação capaz de lidar com as inovações tecnológicas necessárias para o incremento da produtividade, para a qual se fazia necessária a intervenção direta do Estado.

Mencionamos duas iniciativas, a primeira, mais ampla, respondia à política de consolidação do ensino público iniciada em 1930 com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e com a criação de uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que posteriormente

seria a CAPES (1951). Fruto dessa comissão foi a implementação do Programa Universitário em 1953. No ano de 1961 a CAPES ficaria subordinada diretamente à Presidência da República, para voltar ao Ministério da Educação e Cultura em 1964. A segunda foi a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). A Lei 1.310 (1951) previa que fosse sua finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento (art. 1). Também tinha entre outras atribuições: promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativas próprias, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior, e auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos.

O CNPq, atualmente, é uma Fundação, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com a finalidade de apoiar e estimular a pesquisa brasileira. Contribuindo diretamente para o desenvolvimento de pesquisas em áreas estratégicas e para a formação de pesquisadores (mestres, doutores e especialistas em várias áreas de conhecimento), o CNPq é, desde sua criação até hoje, uma das maiores e mais sólidas estruturas públicas de apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) dos países em desenvolvimento (Brasil, CNPq, 2014)

Os investimentos feitos pelo CNPq são direcionados tanto para a formação e absorção de recursos humanos quanto para financiamento de projetos de pesquisa - que funcionam por meio de demanda espontânea (dos próprios pesquisadores) ou de demanda induzida (com financiamentos destinados via edital) - que contribuem para o aumento da produção de conhecimento e da geração de novas oportunidades de crescimento para o país (Brasil, CNPq, 2014).

4. Análise da tabela de conhecimento do CNPq

Propomos interpretar a tabela de classificação das áreas de conhecimento do CNPq como dispositivo de governo para fins de desenvolvimento científico e tecnológico.

Em se tratando de classificação de assuntos/conhecimentos, torna-se inevitável a menção às Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Decimal Universal (CDU), com a finalidade de evidenciar o efetivo papel da Tabela de Área de Conhecimento (TAC/CNPq), para assim revelar os objetivos de governo desta última.

Entendemos que as tabelas de classificação surgidas a partir da segunda metade do Século XIX, dentre as quais destacamos a Classificação Decimal de Dewey (CDD), foram os primeiros intentos enciclopédicos de classificação baseado em princípios de pragmaticidade e economia. Isto é, organizar os saberes em torno de uma notação decimal que desse conta das múltiplas associações e articulações das diversas áreas do conhecimento. Não mais uma visão aristotélica traduzida numa hierarquia retórica, mas num intento dinâmico e moderno da organização do conhecimento. Nesse sentido, o problema colocado por Dewey para classificação dos saberes em bibliotecas resolveu-se com a invenção de tabelas de caráter instrumentais que dessem conta das coleções existentes (Murguia & Sales, 2012).

Diferentemente da intencionalidade (no sentido de resolução de problema) de Dewey, a criação da Classificação Decimal Universal (CDU) de Otlet e La Fontaine tinha por objetivo uma aplicação concreta. O catálogo universal de Otlet necessitava de um elemento estruturante capaz de responder questões de ordem cognitiva materializadas nas combinações e manipulações das fichas contidas no, ainda em construção, catálogo universal. Todavia, a reelaboração de Otlet visava à resolução de outro problema, que era a construção das bases de um novo saber/fazer que pretendia responder às demandas de informação que a indústria e a ciência da virada do Século XIX para o Século XX requeriam.

No caso do Brasil, o CNPq, em 1976, foi a primeira instituição a estabelecer uma tabela de classificação de áreas de conhecimento, conhecida como TAC. Posteriormente, devido ao apelo ocasionado pelo surgimento, desdobramentos e incorporações de diversas áreas de saber, essa tabela foi modificada sucessivamente em 1982 e 1984. Sendo esta última versão a norma vigente até hoje (vale destacar a existência de uma proposta de revisão da TAC elaborada em conjunto pelos CNPq, CAPES e FINEP, datada de 2005). Ressalta-se que com pequenas modificações ela é utilizada pela CAPES e outras agências Federais e estaduais de fomento à pesquisa. Ainda, o seu principal intuito é a gestão e avaliação para alocação de recursos públicos para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa no país. Portanto, a diferença dessa para as outras duas tabelas acima mencionadas, reside na sua intencionalidade de dispositivo político de governamentalidade.

A Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq (TAC/CNPq) organiza e classifica, em níveis hierárquicos, as possíveis áreas de conheci-

mento no país para fins de gestão e avaliação. A TAC/CNPq foi incorporada, também, pela CAPES, SBPC e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Nas últimas duas décadas, presenciamos várias iniciativas de mudança ou de reestruturação da TAC, mas até o momento permanece em vigor a versão da TAC de 1984 (Souza, 2012).

A referida classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em ciência e tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações. A classificação permite, primordialmente, sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, especialmente aquelas concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos (Brasil, CAPES, 2014)

A versão original da TAC apresentou uma hierarquização em quatro níveis, que vão do mais geral aos mais específicos, abrangendo 08 grandes áreas, 76 áreas e 340 subáreas do conhecimento, a saber.

- 1º nível - Grande Área: aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos;
- 2º nível - Área: conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas;
- 3º nível - Subárea: segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados;
- 4º nível - Especialidade: caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas (Brasil, CAPES, 2014).

Percebe-se que nos dois primeiros níveis há uma intenção de *reunir* e *agrupar* áreas de conhecimento com base em seus respectivos objetos e métodos, os quais são os princípios basilares da formação de toda ciência. No caso, privilegia as afinidades das diversas ciências reunidas no que a TAC considera em 8 grandes áreas e 76 áreas. Diferente da CDD, que agrupa as grandes áreas em 10, e da CDU, que o faz em 9, o critério prevalecente da TAC não é nem filosófico nem conceitual mas, sim, administrativo. Isto é, ela procura eficácia e eficiência na

alocação de recursos, sem deixar de reconhecer as afinidades das ciências que pretende governar. A conformação dessas 8 grandes áreas e 76 áreas reflete o panorama científico no Brasil da década de 1980. Tal fato nos leva a considerar que sua pretensão é administrar a produção científica, sem deixar de lado a hierarquização classificatória como instrumento dos mencionados critérios de eficiência e eficácia para alocação de recursos. Em outras palavras, para a economia do conhecimento.

No terceiro nível (subárea) o intuito já não é mais reunir e sim segmentar. Tal segmentação se apresenta baseada no reconhecimento da particularidade dos objetos e métodos de cada ciência. Essa segmentação não escapa aos critérios de gestão e de economia acima mencionados. O mesmo vale para o quarto nível (especialidade), para o qual a intencionalidade não é nem agrupar nem separar mas, sim, relativizar sua presença em diversos níveis e ciências.

Levando nossa discussão à área da *Ciência da Informação*, note-se que a TAC/CNPq a localiza como uma área pertencente à grande área *Ciências Sociais Aplicadas I*, e a subdivide nas seguintes subáreas: *Teoria da Informação*, *Biblioteconomia* e *Arquivologia*.

Niv. 1	Notação	Ciências Sociais Aplicadas I
Niv. 2	60700009	Ciência da Informação
Niv. 3	60701005	Teoria da Informação
Niv. 4	60701013	Teoria Geral da Informação
Niv. 4	60701021	Processos da Comunicação
Niv. 4	60701030	Representação da Informação
Niv. 3	60702001	Biblioteconomia
Niv. 4	60702010	Teoria da Classificação
Niv. 4	60702028	Métodos Quantitativos; Bibliometria
Niv. 4	60702036	Técnicas de Recuperação da Informação
Niv. 4	60702044	Processos de Disseminação da Informação
Niv. 3	60703008	Arquivologia
Niv. 4	60703016	Organização de Arquivos

Tabela 1: Áreas de Conhecimento do CNPq
Fonte: Adaptação do CNPq (2014)

De início, não é descabido inferir que o almejado pragmatismo gerencial do CNPq formalizado na TAC reflete na macro visão estruturante das universidades, perceptível nos departamentos de Ciência da Informação que abrigam os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia no Brasil. Por outro lado, isso propicia um distanciamento das tradições consolidadas pelas áreas de Bi-

biblioteconomia e Arquivologia que norteiam seus pesquisadores, os quais, na maioria das vezes, não se identificam com as divisões da TAC. O que significa que o pesquisador tem que se adequar à referida tabela, guiado mais pela intuição do que pela realidade. Tal configuração pode levar também a possíveis distorções estatísticas para futuras alocações de recursos.

Além de agir como dispositivo governamental, a TAC serviu nos últimos anos como um elemento norteador e estruturante na criação dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia dentro de departamentos denominados de Ciência da Informação, refletindo a classificação apresentada pela tabela do CNPq. Tal medida, muito provavelmente, justifica-se, primeiramente, pela facilitação da gestão de ambos os cursos sob a chefia de um único departamento. Segundo, a união desses cursos em um único departamento trouxe um efeito benéfico que repercutiu na visibilidade dos referidos departamentos, fortalecendo, no âmbito da administração universitária, os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia.

Se por um lado a TAC beneficia a gestão universitária e sua consequente captação e distribuição de recursos, por outro lado, na ótica dos campos científicos consolidados da Biblioteconomia e da Arquivologia, percebe-se uma determinação exterior que negligencia os avanços epistemológicos flagrantes nas inter-relações dos assuntos já desenvolvidos por ambas as áreas. Assim, por exemplo, a especialidade 60701030 *Representação da Informação*, classificado como Nível 4 pertencente à subárea (Nível 3) 60701005 *Teoria da Informação*, é assunto fundamentalmente abordado e desenvolvido pela Biblioteconomia, nas disciplinas ligadas a: indexação, resumos, classificação, catalogação, linguagens documentárias, análise documental etc. O mesmo se aplica à Arquivologia que, ao ministrar disciplinas ligadas à descrição arquivística e às classificações arquivísticas, apresenta e discute fundamentalmente a representação da informação em unidades arquivísticas. Conforme apresentado pela TAC, tanto a subárea 60702001 *Biblioteconomia* quanto a subárea 60703008 *Arquivologia* (classificadas como Nível 3) não abarcam a especialidade de Representação da Informação.

Enquanto na Biblioteconomia o problema da TAC mais aparente está na falta de conexão com a especialidade de representação da informação, na Arquivologia, a redução e a consequente falta de desdobramentos das especialidades (assuntos) revela uma situação peculiar que reflete a falta de consenso teórico da área. É possível, no campo arquivístico, visualizarmos pelo menos dois prismas conceituais. Um pri-

meiro influenciado pelas ideias de Schellenberg que, ao aproximar definitivamente a arquivística da administração, acentua a distinção dos conhecimentos da área com base na diferenciação entre os arquivos correntes, intermediários e permanentes, com seus respectivos tratamentos documentais. O segundo prisma se fortalece na ideia da arquivística integrada disseminada pela escola canadense, para a qual os estudos da área devem ser norteados pelas funções arquivísticas.

Essa falta de desdobramentos de especialidades na TAC provavelmente se deva a uma tentativa de, sob um termo mais genérico, 60703016 *Organização de Arquivos*, abarcar os conhecimentos da área de modo a encontrar um ponto de equilíbrio que não privilegie nenhum dos dois prismas, uma vez que nem mesmo a Arquivologia se resolveu a respeito.

5. Conclusões

Tradicionalmente, os estudos da área, no que diz respeito à organização do conhecimento, especificamente sobre a classificação, voltaram-se para os aspectos que consideram o conhecimento como seu principal objeto. No entanto, a classificação enquanto tal é um processo dinâmico do pensamento, que se traduz também em outras atividades como, por exemplo, a gestão das ciências: motivo deste trabalho.

Assim, de frente com um acontecimento no qual as instituições administrativas estatais precisam justamente de uma cartografia classificatória das ciências para sua criação, promoção e alocação de recursos em cada uma dessas fases. Partindo desse pressuposto, consideramos a tabela de classificação do CNPq (TAC) um dispositivo de governo que prioriza a gestão em prol do conhecimento. Em outras palavras, ela representa os agenciamentos políticos, reais e determinantes do Estado sobre o saber, apontando para a necessidade de entender a classificação em um âmbito sócio-político dinâmico, que se contrapõe a uma visão estática e idealista do conhecimento.

Entretanto, como qualquer agenciamento de poder, existem tensões, associações e omissões. Isto é, criam-se imperfeições no que se refere à intromissão política sobre as teorias e práticas de áreas consideradas tradicionalmente consolidadas. Consequência desse processo é o aparecimento de novas realidades, perante as quais a Arquivologia e a Biblioteconomia têm que encontrar algum tipo de adaptação, quando não de rejeição.

Nota

Lamentamos profundamente comunicar que el Dr. Eduardo Ismael Murguia, profesor de la Universidade Federal Fluminense de Brasil y coautor de este artículo, falleció poco antes de su publicación. Ofrecemos este número en homenaje a su memoria en reconocimiento de una vida dedicada al desarrollo de la Ciencia de la Información.

Referências

- Archivald, G. (2006). How the 's' came to be in Unesco. // Unesco. Sixty years of science at Unesco, 1945-2005. Paris: Unesco Publishing. p. 36 - 40.
- Brasil. CAPES (2014). Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento> (21 mar. 2014).
- Brasil. CNPq (2014). Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf> (21 mar. 2014).
- Brasil. Lei No. 1.310. Cria o Conselho Nacional de Pesquisa, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1951.
- Foucault, M. (2005). Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes. 382 p.
- Foucault, M. (2008). Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes. 572 p.
- Guimarães, C. (2001). Vargas e Kubitschek: A longa distância entre a Petrobrás e Brasília. // Carvalho, M. A. R. de (org). República no Catete. p. 155 – 175.
- Habermas, J. (2009). Técnica e ciência como “ideologia”. Lisboa; Edições 70. 147 p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 3).
- Hobsbawm, E. (1995) Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras.
- Murguia, E. I. ; Sales, R. (2012) . CNPq's knowledge area table as a knowledge and power apparatus. // Isko (Indian Chapter) and University of Mysore. (Org.). Categories, contexts and relations in knowledge organization. ed. Wurzburg: Ergon Verlag, 2012. 13, 183-189.
- Petitjean, P. (2006) Blazing the trail: Needham and UNESCO, perspectives and realizations. // UNESCO. Sixty years of science at UNESCO, 1945–2005. Paris: UNESCO Publishing. 40-43.
- Souza, R. F. de. (2012) A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: Desafios e perspectivas institucionais. // Murguia, E. I.; Rodrigues, M. E. F.. Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação: Identidades, contrastes e perspectivas de interlocução. Niterói: EDUFF. 235 – 252. (Estudos de Informação, vol. 2).
- Tarapanoff, K. (1993). Políticas de planejamento de sistemas de informação para o desenvolvimento: a experiência da América Latina. // Ciência da Informação, Brasília, 22:1 (jan./abr) 53-59.

Enviado: 2014-03-21. Segunda versão: 2014-06-16.
Aceptado: 2014-06-16.